



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA M'BOI MIRIM**

TERMO DE CONTRATO Nº 70/SUB-MB/2022

PROCESSO Nº 6045.2022/0000729-8

DISPENSA DE LICITAÇÃO - ARTIGO 24, INCISO IV, DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93(CARÁTER DE EMERGÊNCIA)

OBJETO: CONTENÇÃO DO TALUDE E SERVIÇOS COMPLEMENTARES PARA ELIMINAÇÃO DO RISCO DE INTEGRIDADE FÍSICA DOS USUÁRIOS DA VIA E DOS MORADORES PROXIMOS A ELAS

LOCAL: RUA ZAMBIA, Nº 30 – JARDIM PARQUE NOVO SANTO AMARO – SÃO PAULO/SP

CONTRATADA: ERCAN CONSTRUTORA LTDA.

CONTRATANTE: PMSP/ SUBPREFEITURA M' BOI MIRIM

Aos dias do mês de do ano de dois mil e vinte dois, na sede da **SUBPREFEITURA M' BOI MIRIM**, presentes de um lado a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO/SUBPREFEITURA M' BOI MIRIM**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 05.510.098/0001-40, situada a Avenida Guarapiranga, 1.695 – Parque Alves de Lima – CEP 04902-903- São Paulo - SP, neste ato, representada pelo senhor Subprefeito **João Paulo Lo Prete**, portador da Cédula de Identidade nº 13.609.348-SSP, inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o nº 051.895.548.64, em conformidade com a Lei Municipal nº 13.399/02, e ora denominada **CONTRATANTE** e, de outro, a empresa **Ercan Construtora Ltda**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 56.783.319/0001-95, situada à Avenida General Ataliba Leonel – nº 1205 – Conjunto 85 – Santana – São Paulo/SP – CEP 02033-000 - Fone (11)2337-4544 – e-mailcom.br, representada pelo senhor, portador da Cédula de Identidade nº, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física sob o nº, seu representante legal, conforme documento comprobatório apresentado, ora denominada **CONTRATADA**, as partes acima tem, entre si, justo e acertado o presente contrato de prestação de serviços, conforme despacho autorizatório do senhor Subprefeito encartado sob nº SEI 060403361, ratificado pelo senhor Secretário Municipal das Subprefeituras, sob nº SEI 067160073, do processo administrativo em epígrafe, no qual justifica-se a dispensa de procedimento licitatório, com base no que dispõe o inciso IV, do art. 24 da Lei nº 8666/93 e alterações subsequentes, que regeu pelas cláusulas seguintes e pelas condições descritas no presente que possui característica extemporânea:

I - DO OBJETO

1.1 O presente termo contrato extemporâneo tem por objeto a execução Obra de Contenção do Talude e Serviços Complementares para Eliminação do Risco de Integridade Física dos Usuários da



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO SUBPREFEITURA M'BOI MIRIM

Via e dos Moradores Próximos à Elas, localizada à Rua Zambia, nº 30 – Jardim Parque Novo Santo Amaro – São Paulo/SP.

II- CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS:

2.1. Os serviços técnicos de engenharia necessários à obra mencionada, deverão basear nos itens de constantes na planilha orçamentária de serviços e respectivas quantidades em conformidade com o Anexo I – Memorial Descritivo.

III- DO MEMORIAL DESCRITIVO

3.1. Faz parte integrante deste Instrumento como anexo o Memorial Descritivo inserido como documento SEI nº 064743152 do processo nº 6045.2022/0000729-8 e no presente como Anexo I.

IV - DO PRAZO

4.1. O prazo de execução dos serviços foi estipulado em até 180(cento e oitenta dias) iniciados em 24/03/2022, conformidade com a Ordem de Início de Serviços nº 06/SUB-MB/CPO/SPO/2022 emitida pela Supervisão de Projetos e Obras, da Coordenadoria de Projetos e Obras, da Subprefeitura M' Boi Mirim.

V – DO VALOR, DOTAÇÃO E PREÇOS

5.1. O valor estimado da contratação é de **R\$ 8.998.073,31 (Oito Milhões Novecentos e Noventa e Oito Mil Setenta e Três Reais e Trinta e Dois Centavos)**

5.2. Foi utilizada a dotação nº do orçamento vigente para a emissão da Nota de Empenho nº no valor de R\$ 8.998.073,31 (Oito Milhões Novecentos e Noventa e Oito Mil Setenta e Três Reais e Trinta e Dois Centavos).

5.3. Os preços oferecidos remunerarão todas as despesas necessárias à execução dos serviços e constituirão, a qualquer título, a única e completa remuneração pela adequada e perfeita execução dos serviços e pelo pagamento dos encargos sociais e trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato.

VI - REAJUSTE

6.1. Não haverá reajuste de preços.

VII - MEDIÇÕES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. Mediante requerimento apresentado pela contratada à Unidade Fiscalizadora do Contrato na Subprefeitura M'Boi Mirim, será efetuada, após a conclusão dos serviços, medição dos serviços prestados, desde que devidamente instruída com a documentação necessária à verificação da respectiva medição, como segue:

7.1.1. cópia da requisição da execução de obras (Ordem de Início);

7.1.2. nota fiscal, nota fiscal-fatura, nota fiscal de serviços eletrônica ou documento equivalente;

7.1.3. medições detalhadas comprovando a execução das obras no período a que se refere o pagamento, quando for o caso;

7.2. O valor da medição será apurado com base nas quantidades de serviços executados no período, aplicados os custos unitários contratuais, acrescidos do valor correspondente ao BDI contratual. Este procedimento é válido para os serviços constantes da planilha de composição de custos unitários, encartado no processo administrativo como documento SEI nº **064744389**.

7.3. O prazo de pagamento será de 5 (cinco) dias corridos, a contar da data do adimplemento.

7.4. O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente no Banco do Brasil, observados as disposições do Decreto Municipal nº 51.197/10, que dispõe sobre pagamento aos credores da Prefeitura do Município de São Paulo.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO SUBPREFEITURA M'BOI MIRIM

7.5. Não será concedida atualização ou compensação financeira, exceto nos casos previstos na Portaria nº 05/SF/2012.

7.6. Quaisquer pagamentos não isentarão a Contratada das responsabilidades contratuais, nem implicarão na aceitação dos serviços.

7.7. Em face do disposto no artigo 71, parágrafo 2º da Lei 8.666/93, com a redação da Lei nº 9.032/95, será observado por ocasião de cada pagamento as disposições do artigo 31 da Lei 8.212/91, na sua redação atual, e orientações vigentes expedidas pelo INSS e pela PMSP.

7.8. A Contratada deverá apresentar à Unidade Gestora, juntamente com a Nota Fiscal, os documentos a seguir:

7.8.1. Certidão de inexistência de débitos com o Sistema de Seguridade Social - CND/INSS;

7.8.2. Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) perante a Caixa Econômica Federal;

7.8.3. Prova de regularidade com a Fazenda do Município de São Paulo, mediante a apresentação de certidão de tributos mobiliários expedida pela Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura do Município de São Paulo.

7.8.3.1. A exigência deste item é aplicável também aos interessados com sede fora do Município de São Paulo;

7.8.3.1.1. Caso não sejam cadastrados como contribuintes neste Município deverão apresentar declaração, firmada pelo representante legal, sob as penas da Lei, do não cadastramento e de que nada devem à Fazenda do Município de São Paulo, relativamente aos tributos relacionados com a prestação licitada e, também, prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal do Município sede do interessado.

7.8.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.8.5. Como condição para recebimento das obras ou serviços, em cada medição realizada, o contratado apresentará, conforme Decreto Municipal nº 50.977/09:

a) declaração de utilização de produtos e subprodutos de madeira de origem exótica, quando essa for a hipótese, acompanhada das respectivas notas fiscais de sua aquisição;

b) no caso do uso de produtos ou subprodutos de madeira de origem nativa, em face do disposto no artigo 46 da Lei Federal nº 9.605, de 1998, deverão ser entregues ao contratante:

1) notas fiscais de aquisição desses produtos e subprodutos;

2) Documento de Origem Florestal - DOF, expedido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;

3) Comprovante de que o fornecedor dos produtos ou subprodutos de madeira de origem nativa encontra-se cadastrado no Cadastro Técnico Federal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;

c) Caberá, ainda, ao contratante instruir os autos respectivos com a seguinte documentação:

1) Documento de Origem Florestal - DOF ou original da declaração de emprego de produtos ou subprodutos de madeira de origem exótica;

2) Comprovante de que trata o item 3 da alínea "b" do inciso III do artigo 6º do Decreto mencionado, no caso de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa;

3) Original ou cópia autenticada das notas fiscais de aquisição dos produtos e subprodutos de madeira, tanto de origem nativa quanto de origem exótica.

7.8.6. No caso de utilização de produtos de empreendimentos minerários, nos termos do Decreto nº 48.184, de 13 de março de 2007, deverão ser entregues ao contratante os seguintes documentos:

a) notas fiscais de aquisição desses produtos;

b) na hipótese de o volume dos produtos minerários ultrapassar 3m³ (três metros cúbicos), cópia da última Licença de Operação do empreendimento responsável pela extração dos produtos de mineração, emitida pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - CETESB, quando localizado no Estado de São Paulo, ou de documento equivalente, emitido por órgão ambiental competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, no caso de empreendimentos localizados em outro Estado.

VIII – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO SUBPREFEITURA M'BOI MIRIM

Obrigou-se a contratada à:

- 8.1. Executar os serviços obedecendo às especificações e demais normas constantes deste Termo de Contrato.
- 8.2. Obedecer às orientações fornecidas pela **Contratante**, através do servidor responsável pela execução dos serviços, que será indicado na Ordem de Início de Serviços.
- 8.3. Executar os serviços no horário que respeitem a legislação.
- 8.4. Fornecer, a **Contratante**, os dados técnicos de seu interesse, e todos os elementos e informações necessárias, quando por este solicitado.
- 8.5. Cumprir as posturas do Município e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução dos serviços.
- 8.6. Assegurar livre acesso, a fiscalização da **Contratante**, aos locais de trabalho e atender a eventuais exigências solicitadas, no prazo por ele estabelecido, bem como fornecer as informações solicitadas.
- 8.7. Dar ciência imediata e por escrito a **Contratante** de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços.
- 8.8. Fornecer e exigir de seus funcionários o uso de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor e os que forem solicitados pela fiscalização, tais como: uniformes, coletes, botas, luvas, máscaras, óculos e outros.
- 8.9. Refazer imediatamente todos os locais danificados decorrentes dos serviços, tais como: tampas de bocas-de-lobo, quebras de calçadas, muros, jardins, tubulação e outros, reconstruindo-os de acordo com as boas técnicas e normas vigentes, sem nenhum ônus à Contratante.
- 8.10. Responder, a qualquer tempo, pela quantidade e qualidade dos serviços executados e materiais utilizados, sem ônus a Prefeitura do Município de São Paulo/Subprefeitura M' Boi Mirim quando necessitar refazer os serviços rejeitados pela fiscalização.
- 8.11. Promover a sinalização viária necessária, responsabilizando-se pela segurança do trabalho de seus funcionários e pelos atos por eles praticados, bem assim por eventuais danos pessoais e materiais causados a terceiros no período de prestação de serviços à Prefeitura do Município de São Paulo/Subprefeitura M' Boi Mirim, inclusive durante a locomoção e transporte de equipamento e pessoal aos locais de trabalho.
- 8.12. Arcar com os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.
- 8.13. Afastar ou substituir dentro de 24 horas, sem ônus para a Prefeitura do Município de São Paulo/Subprefeitura M' Boi Mirim, qualquer funcionário seu que por solicitação da Administração, não deva continuar a participar da execução dos serviços.
- 8.14. A Contratada será responsável pela segurança do trabalho de seus funcionários e pelos atos por eles praticados.
- 8.15. Prestar os esclarecimentos solicitados e atender prontamente as reclamações sobre seus serviços.
- 8.16. Arcar com os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.
- 8.17. Afastar ou substituir dentro de 24 horas, sem ônus para a Prefeitura, qualquer funcionário seu que por solicitação da Administração, não deva continuar a participar da execução dos serviços.
- 8.18. A **Contratada** obriga-se a comparecer, sempre que solicitada, à Sede da Fiscalização, em horário por esta estabelecido, a fim de receber instruções ou participar de reuniões, que poderão se realizar em outros locais.
- 8.19. Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por ocasião da licitação que precedeu este ajuste, obrigando-se, ainda, a comunicar à **Contratante** qualquer alteração dos dados cadastrais, para atualização.
- 8.20. Não será admitida a subcontratação do objeto deste termo de contrato, em nenhuma hipótese.
- 8.21. Cumprir obrigatoriamente a Lei Municipal n.º 13.298/02, que dispõe sobre as responsabilidades e condições de remoção de entulho, terra e materiais de construção.
- 8.22. Na execução dos serviços, que utilizarem produtos e/ou subprodutos de madeira de origem exótica ou de origem nativa, deverão ter procedência legal, devidamente comprovada, conforme preceitua o Decreto Municipal nº 50.977/09 que estabelece procedimentos de controle ambiental



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO SUBPREFEITURA M'BOI MIRIM

para a utilização de produtos e subprodutos de madeira de origem nativa nas contratações de obras e serviços de engenharia e nas compras públicas realizadas pela Administração Pública Municipal Direta e Indireta, bem como institui a exigência de cadastramento no CADMADEIRA, criado pelo Decreto Estadual nº 53.047/08.

8.22.1. Para fins de atendimento ao Decreto Municipal nº 50.977/09, consideram-se produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira, os discriminados no artigo 2º do Decreto supra.

Obrigou-se/Obriga-se a Contratante à:

8.15. Fornecer à **Contratada**, no ato da Ordem de Início, o nome do servidor que representará a contratante durante a execução do objeto;

8.16. Encaminhar a liberação de pagamento das faturas da prestação de serviços aprovadas;

8.17. Esclarecer, prontamente, as dúvidas que lhe sejam apresentadas;

8.18. Expedir, por escrito, as determinações e comunicações dirigidas à **Contratada**;

8.19. Autorizar as providências necessárias junto a terceiros;

8.20. Aplicar, quando for o caso, as penalidades previstas neste ajuste de acordo com as leis que regem a matéria;

8.21. Disponibilizar o local de execução dos trabalhos, nos horários acordados, assim como todas as informações e orientações necessárias à perfeita execução deste ajuste.

8.22. Exercer fiscalização dos serviços.

IX – DA FISCALIZAÇÃO

9.1. Foram realizadas fiscalizações pelo **Contratante** ou prepostos devidamente qualificados, que terão por objeto;

9.1.1. A avaliação da qualidade e do andamento dos serviços prestados;

9.1.2. A medição dos serviços executados para efeito de faturamento;

9.1.3. A recepção de serviços concluídos.

9.2. A responsabilidade da gestão do contrato é do Arquiteto Roberto Garkisch, RF: 752.731.4, da Supervisão de Projetos e Obras, da Subprefeitura M'Boi Mirim

9.2.1. A fiscalização dos serviços é de responsabilidade do Arquiteto Alexandre Augusto da Silva, Registro Funcional nº. 686.998.0.3 da Supervisão de Projetos e Obras da Coordenadoria de Projetos e Obras da Subprefeitura M'Boi Mirim. Em seus impedimentos legais a fiscalização dos serviços ficará a cargo do Engenheiro Reynaldo A. P. da Silva Azevedo, RF 639.931/2 da Supervisão de Projetos e Obras, da Coordenadoria de Projetos e Obras da Subprefeitura M'Boi Mirim.

X - DO ATENDIMENTO AO DECRETO Nº 56.633/2015

10.1. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste

contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

XI - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

11.1. Fica a **Contratada** obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões do objeto deste instrumento, observado os termos e limites previstos no parágrafo 1º, do artigo 65, da Lei Federal nº 8.666/93.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO SUBPREFEITURA M'BOI MIRIM

11.1.1. Eventual alteração será obrigatoriamente formalizada por meio de **Termo Aditivo** ao presente contrato, respeitadas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93.

XII - CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1. Os serviços objeto do "**Contrato**" serão recebidos pela Prefeitura consoante o disposto no Inciso I do artigo 73 da Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas pertinentes.

XIII - DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Fica a contratada ciente de que a assinatura deste Termo de Contrato indica que tem pleno conhecimento dos elementos nela constantes, bem como de todas as suas condições gerais e peculiares, não podendo invocar nenhum desconhecimento quanto aos mesmos, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento de seu objeto.

13.2. A **Contratada** no ato da assinatura deste apresentou os seguintes documentos:

13.2.1. Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

13.2.2. Certidão Negativa de Débito para com o Sistema de Seguridade Social - CND/INSS (Lei nº 11.184/92), com prazo de validade em vigor;

13.2.3. Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), com prazo de validade em vigor.

13.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda do Município de São Paulo, mediante a apresentação de Certidão de Tributos Mobiliários.

13.2.4.1. Caso não sejam cadastrados como contribuintes neste Município deverão apresentar declaração, firmada pelo representante legal, sob as penas da Lei, do não cadastramento e de que nada devem à Fazenda do Município de São Paulo, relativamente aos tributos relacionados com a prestação licitada e, também, prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal do Município sede do interessado.

13.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

13.2.6. Indicação do responsável técnico pela execução dos serviços, e o preposto que a representou os trabalhos.

13.2.7. Instrumento público ou particular de procuração e/ou Contrato ou estatuto social do outorgante, o mesmo deverá outorgar o poder de representação, o mandante deve discriminar os atos que o mandatário pode praticar de maneira clara e minuciosa, visando todos os atos, em especial para assinatura de Contrato.

13.2.7.1. Em caso de procuração é necessário o envio do contrato social ou última alteração contratual.

13.2.8 ART recolhida nos termos da Lei Federal nº 6.496/77 e da Resolução CONFEA nº 425/98.

13.3. O ajuste, suas alterações e rescisão, obedecerão à Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas pertinentes.

13.4. A Subprefeitura M'Boi Mirim se reserva o direito de executar através de outras contratadas, no mesmo local, obras ou serviços distintos dos abrangidos no presente termo de contrato.

13.5. Fica a contratada ciente que caso no curso da execução do presente contrato, seja tomada ciência de que a mesma não está cumprindo com as obrigações trabalhistas o fato será comunicado a Delegacia Regional do trabalho e ao Ministério Público do Trabalho, conforme Decreto Municipal nº 50.983/09.

CONTRATANTE

JOAO PAULO LO PRETE
SUBPREFEITO



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA M'BOI MIRIM

SUB-MB

PELA CONTRATADA

NOME
RG N°:
CPF N°
SÓCIO

TESTEMUNHAS:

1) _____
NOME:
RG N°
CPF N°:

2) _____
NOME:
RG N°:
CPF N°:



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA M'BOI MIRIM**

ANEXO I - MEMORIAL DESCRITIVO

MEMORIAL DESCRITIVO

OBRA: CONTENÇÃO DO TALUDE E SERVIÇOS COMPLEMENTARES PARA ELIMINAÇÃO DO RISCO DE INTEGRIDADE FÍSICA DOS USUÁRIOS DA VIA E DOS MORADORES PROXIMOS A ELAS LOCAL: RUA ZAMBIA, Nº 30 – JARDIM PARQUE NOVO SANTO AMARO – SÃO PAULO/SP
OBJETIVO

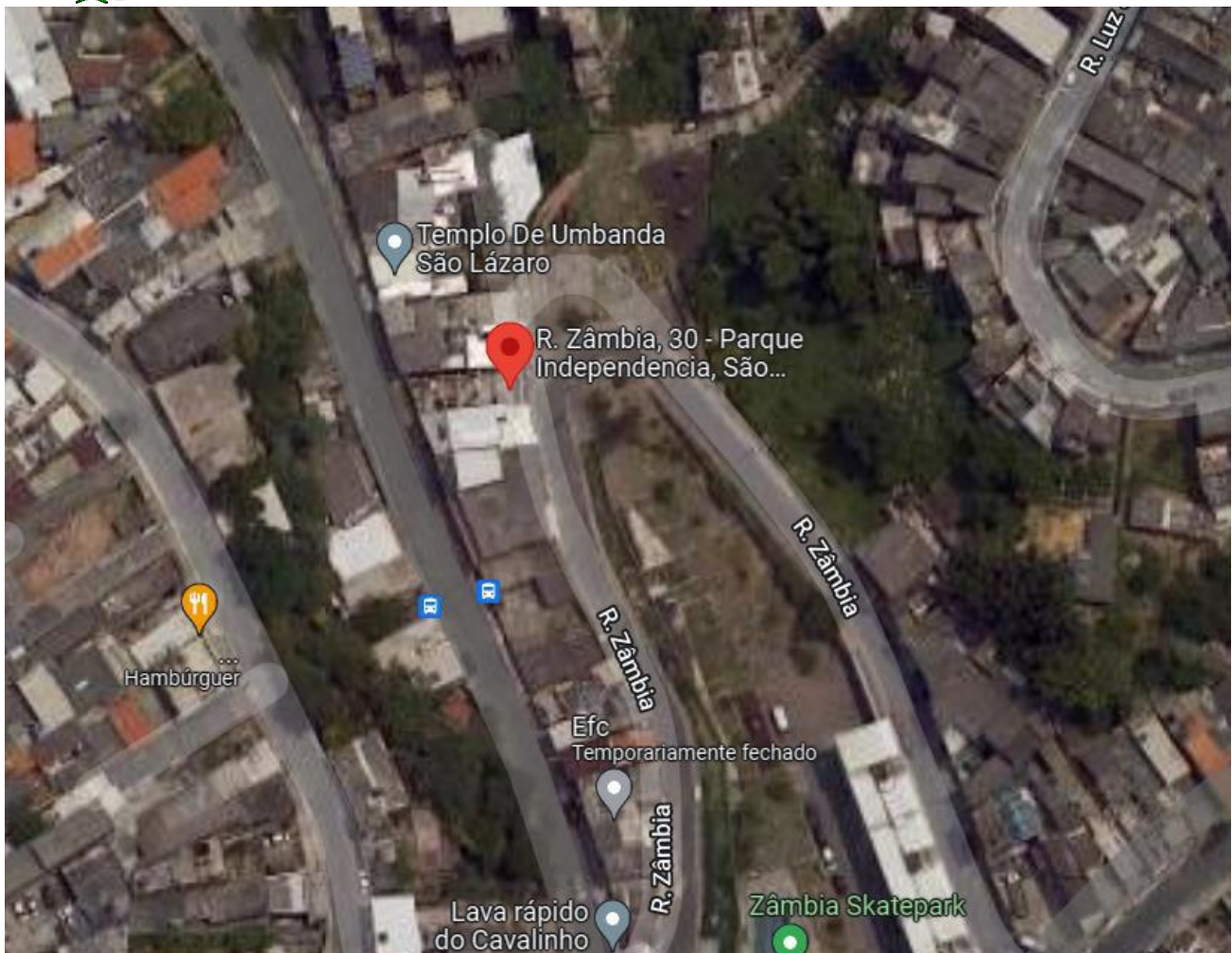
O presente memorial descritivo relata todos os procedimentos necessários para a execução de contenção para estabilização de talude localizado a Rua Zâmbia, nº 30 – Jardim Parque Novo Santo Amaro.

LOCALIZAÇÃO DA ÁREA

O sinistro observado consistiu na ruptura de encosta entre a Rua Zâmbia, nº 30 - Jardim Parque Novo Santo Amaro. A Figura 1 apresenta a vista aérea do local.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO SUBPREFEITURA M'BOI MIRIM



SERVIÇOS PRELIMINARES

Será instalada placa de identificação da obra, com dizeres alusivos ao projeto, de acordo com o modelo fornecido pela PMSP a ser afixada em local frontal à obra e em posição de destaque. Deverá ser feito levantamento cadastral arbóreo de até 100 exemplares e cadastramento de galerias existente. A sondagem será executada por trado manual de acordo com as normas técnicas estabelecidas pela ABNT, o deslocamento entre os pontos de sondagem para melhor estudo do solo. Os furos serão feitos de acordo com a necessidade e com aprovação da fiscalização Executar limpeza manual do terreno com a remoção de cobertura vegetal e escavação mecânica com carga e remoção. Haverá corte de terra medido no aterro e espalhamento dentro da obra onde necessário conforme projeto. Deverá ser construído tapume para isolar a obra e delimitar o canteiro da obra, com chapas de fixadas em estrutura de madeira, tendo uma altura de 2,20m. Baseado no projeto básico e no orçamento deverá ser elaborado o projeto executivo da cortina de contenção. O projeto deverá ser apresentado ao fiscal da obra antes do início dos serviços de execução da contenção. Os quantitativos apresentados no orçamento foram baseados no projeto básico e são considerados suficientes para a perfeita execução dos serviços, dessa maneira o dimensionamento deverá seguir as quantidades apresentadas.

ESTRUTURA

Será feita demolição de concreto em todo o perímetro da encosta, restos de fundação existente e, o pavimento comprometido pela erosão. Deverá ser realizado a perfuração para execução dos grampos de forma perpendicular ao talude e após, cortina de concreto no trecho especificado em projeto. A cortina deverá ter espessura média de 30 cm, para isso a escavação deverá feita de maneira que não seja necessário a execução de forma na parte voltada para o solo. Externamente deverá ser executado forma em madeira. As especificações respeitarão as normas técnicas da



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO SUBPREFEITURA M'BOI MIRIM

ABNT, o código de obras do município e os procedimentos que forem necessários na forma da lei. Ao longo do meio fio executado na área de intervenção deverá ser executada calçada em concreto desempenado com espessura mínima de 8cm. O concreto deverá ser assentado sobre lastro de brita 1 com espessura mínima de 8cm.

CONTENÇÕES

Deverá ser executado muro de arrimo com drenagem adequada para contenção do talude. Após a execução da cortina e antes da execução do aterro entre o muro e a via, deverá ser fornecido e instalado manta drenante com as duas faces com geotêxtil e núcleo drenante. Esta manta deverá ter contato direto com os barbacans. À medida que a escavação e a cortina de concreto forem sendo executada, deve-se executar os tirantes de grampeamento da cortina ao solo. Estes tirantes deverão ser dimensionados conforme a carga horizontal atuante na cortina. A profundidade dos tirantes no solo é variável e está especificada no projeto básico. Os tirantes deverão ter espessura conforme o projeto executivo e receber a injeção de argamassa com resistência mínima de 20 MPa. No trecho do terreno onde será instalado a geomanta para proteção do solo, serão executados chumbadores de 110mm no solo, com profundidade e espaçamento conforme projeto executivo e será plantado grama esmeralda.

PAVIMENTAÇÃO

Para a execução dos serviços e para posteriormente ser executado o reaterro a pavimentação asfáltica na área de intervenção deverá ser demolida e retirada do local. Para possibilitar o acesso do equipamento de execução das estacas raiz, deverá ser executado escavação e aterro para conformação de um platô nivelado. O pavimento de concreto será executado com camada constituída por placas de concreto de cimento, não armadas ou eventualmente com armadura sem função estrutural, que desempenham simultaneamente as funções de base e de revestimento. A composição do concreto destinado à execução de pavimentos rígidos deverá ser determinada por método racional, conforme as normas NBR 12655 e NBR 12821, que deve acompanhar o projeto do pavimento.

DRENAGEM

Será feito o arrancamento e remoção da canalização danificada existente. A escavação será feita com retroescavadeira, e a largura da vala deverá ser em função do diâmetro da tubulação, das características do solo, da profundidade da vala e tipo de escoramento. Para o assentamento dos tubos, deverá ser executado uma camada de brita no fundo das valas, com objetivo de permanecerem regulares e uniformes, obedecendo à declividade prevista no projeto. Para a execução da rede de águas pluviais deverá ser utilizado tubos de concreto com diâmetro nominal de 400mm, seção circular, juntas rígidas argamassadas. Deverá ser construído bocas de lobo duplas, tipo PMSP, com dimensões conforme descritas em projeto. Serão construídas canaletas em concreto meio tubo com diâmetro de 40cm na base da cortina de concreto com caimento mínimo de 0,3%.

LIMPEZA FINAL

Ao final dos serviços a área deverá ser entregue perfeitamente limpa, sem acúmulo de solo, entulhos ou qualquer outro tipo de material utilizado na execução dos serviços.

PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de execução desses serviços será de até 180 (CENTO E OITENTA) dias corridos, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço (OS)